

ENTIDADES DE CLASSE E *REFORMA AGRÁRIA*: A EDUCAÇÃO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS GRUPOS DOMINANTES AGRÁRIOS (1950-1960)

CLASS ENTITIES AND *AGRARIAN REFORM*: RURAL EDUCATION AS A STRATEGY FOR SOCIAL REPRODUCTION OF DOMINANT AGRARIAN GROUPS (1950-1960)

Wallace Lucas Magalhães¹

Endereço Profissional: Coordenação do Curso de Graduação em Relações Internacionais/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRRJ,
BR-465, KM 7,
Cep. 23.897-000
Seropédica – RJ, Brasil
Email: luckasoab@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar, através da análise dos periódicos *Zebu* e *A lavoura*, publicados respectivamente pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), posteriormente transformada em Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) e Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), como a educação rural foi instrumentalizada como estratégia de reprodução dos grupos dominantes agrários que tinham na propriedade privada elemento fundamental de sua posição social. Partindo do referencial teórico de Pierre Bourdieu, a proposta é abordar como a educação rural foi defendida por entidades do patronato rural, nas décadas de 1950 e 1960, como instrumento de conservação da estrutura social, que tinha na grande propriedade fundiária um traço demarcador do poder material e simbólico.

Palavras-chave: Entidades de classe; educação rural; reprodução social.

Abstract: The objective of this article is to present, through the analysis of the journals *Zebu* and *A lavoura*, published respectively by the Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), latter transformed into the Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) and the Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), how rural education was used as a strategy for the reproduction of dominant agrarian groups that had private property as a fundamental element of their social position. Based on the theoretical framework of Pierre Bourdieu, the proposal is to present how rural education was defended by entities of rural employers, in the 1950s and 1960s, as an instrument for the conservation of social structure, which had great power demarcating land tenure material and symbolic.

Keywords: Class entities; rural education; social reproduction.

¹ Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Economia e História (LEHI), da UFRRJ, do Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil e servidor técnico do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (LIERI), da UFRRJ.

Introdução

É amplo o debate na literatura sobre as diversas dimensões que incorporaram o tema da reforma agrária no Brasil. Partindo do recorte ora proposto, as décadas de 1950 e 60, temos os debates teóricos que envolveram Alberto Passos Guimarães², Caio Prado Júnior³ e Ignácio Rangel⁴, clássicos do pensamento brasileiro que moldaram percepções distintas acerca do problema agrário nacional. Cabe-nos ainda destacar as contribuições de Celso Furtado⁵, e a posição da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) quanto aos “obstáculos estruturais” que impediam o desenvolvimento nacional, dentre eles a estrutura agrária altamente concentrada.

Quanto aos movimentos sociais, temos na obra de Leonilde Sérvalo de Medeiros⁶, importante referencial para entender o surgimento de propostas políticas que entrelaçavam a realidade dos trabalhadores do campo e o projeto de desenvolvimento nacional, culminando em bandeiras como direitos trabalhistas, previdência social e com destaque, a reforma agrária. Em seu primeiro recorte de análise, entre 1945 e 1964, a autora destaca como, em intenso período de industrialização, diversas forças sociais avançaram quanto às bandeiras de *desenvolvimento nacional*, tornando-se a agricultura, considerada *atrasada*, um dos núcleos centrais desse debate. Nesse sentido, temos a emergência de lutas no campo que, além de politizar determinadas bandeiras, impôs a necessidade do reconhecimento político dos trabalhadores do campo.

Ainda nessa direção, Regina Novaes⁷ destaca como os trabalhadores do campo assumiram, na década de 1950, a função de força social na elaboração de projetos de transformação do campo. Analisando o lugar da religião no processo de construção de identidades políticas, a autora descreve a luta como um *fato político*, integrado a diversos elementos da vida social dos trabalhadores do campo, dentre eles a dimensão cultural, na qual a religião se constitui como matéria-prima da construção de uma identidade/mobilização.

² GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1968.

³ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴ RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

⁵ FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

⁶ MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

⁷ NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.

Quanto ao papel das instituições, como o Estado e o movimento sindical, no processo de mobilização política dos trabalhadores e de reconfiguração do impulso dos debates sobre a reforma agrária no pós-1964, temos o trabalho de Peter Houtzager⁸. Ao analisar o processo de modernização do campo brasileiro ao longo do regime civil-militar, o autor destaca como o Estado, através do movimento sindical, atuou como árbitro das relações trabalhistas no campo, incorporando os trabalhadores aos direitos de *cidadania*, principalmente os direitos sociais, como trabalho, saúde e previdência. Porém, mais do que um simples *braço distributivo* do Estado, o sindicato, ao adotar uma estratégia legalista, procurou atrair o Estado para mediar as relações sociais entre grandes proprietários e trabalhadores assalariados, combatendo o poder arbitrário dos latifundiários por meio das cortes trabalhistas e forçando a implementação da legislação nacional. A partir do exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o autor demonstra como o Estado funcionou como um *incubador institucional*, atraindo grupos desorganizados e seus campos organizacionais e ideológicos, contribuindo no processo de redefinição dos grupos sociais e na constituição de novos atores coletivos.

Estes exemplos têm como objetivo dimensionar a complexidade dos debates sobre a reforma agrária, sem, contudo, extinguir as possibilidades analíticas quanto à questão. Rica, complexa e politizada, a reforma agrária é um tema que envolve diversos atores, como movimentos sociais, entidades de classe, bancadas parlamentares e setores agroindustriais, debates jurídicos, como a *função social da propriedade*, políticos, intensificados em determinadas conjunturas, tais como no pré-64, na redemocratização e na constituinte de 1988, bem como políticas de Estado que, alegando implementar a reforma agrária, conduzem tal processo sob a tutela do mercado, como os casos do projeto Cédula da Terra (1997-2002) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (2003)⁹.

Todas as abordagens acima apresentam as possibilidades de transformação da estrutura agrária e das relações sociais dela decorrentes, e de forma concomitante, denunciam não apenas o monopólio da terra no Brasil, mas os diversos mecanismos de sua reprodução.

Para entendermos a operacionalização destes mecanismos, nos apropriamos da ideia de *contrarreforma* agrária, cunhada por José Gomes da Silva¹⁰, que aponta diversos instrumentos empregados pelos segmentos contrários à reforma agrária como forma de

⁸ HOUTZAGER, Peter P. *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo: Globo, 2004

⁹ PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados 2011. *Soc. estado*. vol.26 no.3 Brasília Sept./Dec. 2011.

¹⁰ SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1971.

obstruí-la. A configuração desses instrumentos contempla elementos legais e normativos, econômicos, políticos, discursivos e ideológicos, ganhando destaque a ideia de *deformação conceitual* da reforma agrária.

Para José Gomes da Silva, a reforma agrária é um processo político promovido pelo Estado e possui caráter “amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade da terra agrícola (...), com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política”¹¹. Tal conceito de reforma agrária articula vários elementos sem os quais o processo reformista não pode ser consolidado, dentre eles a sua amplitude, seu caráter imediato e drástico, alterando de forma radical a estrutura fundiária. Pelo exposto, a *deformação conceitual* apresentada pelo autor é o processo pelo qual um ou mais elementos que compõem a categoria reforma agrária são redefinidos ou reorientados à luz dos interesses anti-reformistas. Nesse sentido, a categoria reforma agrária não desaparece do discurso político, mas tem seus elementos fundamentais redimensionados para a lógica da reprodução social dos grupos que têm na propriedade privada importante capital econômico, político, social e simbólico.

A partir dessa exposição, vamos apresentar como a reforma agrária sofreu essa deformação conceitual a partir da ação de entidades do patronato rural, na qual a *reforma agrária* era defendida não como um processo de reestruturação fundiária, mas como um conjunto de mudanças técnicas (mudança na base técnica da agropecuária), econômicas (crédito subsidiado, taxaço e incentivos fiscais) e, o aspecto que aqui será desenvolvido, educacionais.

A centralidade da educação no movimento de *contrarreforma* agrária pressupõe a transformação do homem, e não da terra, como elemento da reforma agrária. Veremos que as manifestações expressas pelas entidades patronais analisadas buscavam afastar o processo de reestruturação fundiária como elemento da reforma agrária, destacando papel à transformação do homem, que deveria ser mais *autônomo, moderno e produtivo*. O problema agrário nacional, afirmava um representante patronal, não era de terras para o homem, mas o de homens para a terra, destacando a necessidade de, mediante a educação, transformar a mentalidade do homem do campo de forma que a produção pudesse se manter em níveis de crescente progresso.

Para que possamos compreender a instrumentalidade da educação para a *contrarreforma* agrária, devemos atentar para o conjunto de elementos que demarcaram as estruturas e posições sociais da sociedade brasileira. Entender como os grupos sociais historicamente privilegiados, exemplo do latifúndio, mantiveram suas posições ao longo da

¹¹ *Ibidem*. p. 37-38.

formação histórica e social da sociedade brasileira, leva-nos a analisar sua força social e principalmente, as estratégias empregadas na reprodução de suas posições sociais.

De forma a entender como funcionam as estratégias de reprodução social dos grupos, o primeiro tópico desse artigo propõe dissecar algumas ideias elaboradas por Pierre Bourdieu, demonstrando como o pensador francês conduziu as análises sobre estruturas, posições sociais, *classe no papel* e *classe real*, tentativas de reconversão e reprodução social. A partir dessas premissas, será possível compreender o papel da educação rural defendida pelas entidades patronais como instrumento de *contrarreforma* agrária e reprodução das posições sociais historicamente constituídas.

Após a exposição de alguns elementos teóricos que darão sustentação às análises aqui propostas, abordaremos a construção do discurso da educação rural como instrumento da *reforma agrária*. Ao afastar a reestruturação fundiária como componente da reforma agrária distributiva, a defesa da educação rural e de seu potencial transformador do homem do campo pelas entidades patronais buscavam construir uma *representação* sobre o mundo rural, no qual o baixo nível educacional, e não a estrutura fundiária, seria o principal problema a ser combatido, reproduzindo a estrutura social e as posições historicamente demarcadas.

Para tal fim, empregamos como fontes os periódicos *Zebu* e *A lavoura*, respectivamente publicados pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), posteriormente transformada em Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ) e Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Importantes canais de divulgação dos interesses de pecuaristas e produtores rurais, observamos nas páginas destes periódicos como a defesa da educação rural se tornou um elemento aglutinador daqueles segmentos quanto à defesa da propriedade privada.

Espaço, posições e estratégias de reprodução social: da *classe provável* à *classe real*

Quando nos propomos a analisar qualquer grupo social, devemos atentar para um conjunto de fatores que não se limitam a sua configuração como categoria ou conceito analítico, mas aqueles que lhe atribuem efeitos reais ou ações concretas. Um passo importante nessa direção é observar a dinâmica e a diversidade de práticas sociais pertencentes a um grupo sob análise. Ou seja, a heterogeneidade do grupo social analisado, suas fragmentações, bem como os elementos aglutinadores das tomadas de posição, ou aqueles que atribuem ao grupo identidade e força social.

No plano concreto, isso significa que um grupo social, os proprietários rurais, por exemplo, comporta elementos de identidade coletiva capazes de produzir significados simbólicos e materiais, bem como traços de fragmentação, tais como pecuaristas, latifundiários, empresários rurais, que moldam ações mais específicas, como as direcionadas às políticas de Estado que têm como objetivo atender os interesses dessas frações.

Embora fragmentação e unidade sejam elementos observáveis nas realidades dos grupos sociais, nosso foco será no segundo, ou seja, nos elementos que constituem a identidade coletiva dos grupos sociais que empregavam a educação rural como instrumento de *contrarreforma* agrária. De antemão, destacamos que tal grupo comporta uma pluralidade de ideias, valores e prerrogativas materiais. Ao analisar a política geral dos segmentos representados pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro/Associação Brasileira de Criadores de Zebu e pela Sociedade Nacional de Agricultura, observamos a defesa de interesses específicos de suas frações, embora encontremos também posicionamentos comuns, com destaque para a defesa da propriedade.

Pelo exposto, os debates e ações em torno da reforma agrária no decorrer dos anos de 1950 e 1960 nos possibilitam identificar elementos de aglutinação dos interesses em comum dos segmentos dominantes do mundo rural brasileiro, referentes à constituição de uma identidade social, bem como de uma ação coletiva que ultrapassava seus interesses meramente corporativos.

Para que possamos compreender tal processo, nos pautamos nas análises de Pierre Bourdieu e suas noções de *espaço social*, *posições* e *estratégias de reprodução*, bem como seus conceitos de *classe no papel* e *classe real*.

Bourdieu¹² nos fornece o conceito de espaço social, cuja compreensão nos remete à análise da relação entre *posições sociais*, as *disposições* (ou os *habitus*)¹³ e as *tomadas de posição*, ou a direção e escolhas que os agentes e grupos sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática, inclusive a ação e mobilização política.

Nesse sentido, compreender o espaço social é analisar o processo histórico de definição das posições sociais. É a análise destas posições na estrutura social tomada como objeto de análise.

¹² BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

¹³ O *habitus* é descrito por Bourdieu como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas”. Para mais, ver BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983, p.65.

Por sua vez, a noção de estrutura social supõe a conjugação de alguns elementos, como a posição de um grupo em uma determinada estrutura, bem como as relações com os demais grupos constitutivos, de forma que as propriedades de posição, entendidas como uma prática profissional ou as condições materiais e simbólicas de existência, ganham destaque.¹⁴

Pelo exposto, a compreensão das disputas e dos conflitos entre os diversos grupos que compõem o espaço social passa, necessariamente, pela tradução simbólica do sistema social, abordagem que interage as dimensões estrutural (objetiva) e simbólica como mecanismos de diferenciação social. Tomando a reflexão sobre classes e suas posições no espaço social, Bourdieu destacou que:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes*¹⁵.

Os aspectos teóricos que analisamos na breve introdução sobre a questão agrária nos conduzem à constituição de um grupo cujos elementos que marcam suas posições sociais são a terra e o poder dela decorrente, resultado de uma estrutura social ancorada na empresa agro-mercantil.

É essa proximidade no espaço social, decorrente de posições constituídas, que nos fornece os instrumentos para a compreensão de uma lógica dos grupos sociais (ou das classes), da qual podemos extrair suas formas de organização e representação do mundo social. Dessa forma, podemos entender as dicotomias presentes na *representação* do mundo rural brasileiro (como reforma e *reforma* agrária) e sua funcionalidade como estratégia de reprodução das posições socialmente constituídas, bem como as formas de organização e ação coletiva dos grupos sociais.

Nesse sentido, tomando as posições sociais dos agentes e grupos, Bourdieu destaca que a “proximidade no espaço social, predispõe à aproximação: as pessoas inscritas em um setor restrito do espaço serão ao mesmo tempo mais próximas (por suas propriedades e suas disposições, *seus gostos*)” e conseqüentemente “mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar, de mobilizar”¹⁶. Essa *classe provável*, decorrente da aproximação e

¹⁴ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 3.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Op. Cit. p. 14.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Op. Cit. p. 25.

das posições no espaço social, pode ou não se tornar uma *classe real*, efetivamente atuante como força social.

É nesse contexto que nos interessa a compreensão dos grupos dominantes agrários, aqui entendidos como aqueles historicamente ligados à concentração fundiária, como uma *classe real* mediante sua ação coletiva, pois como explica Bourdieu, a transformação da *classe provável* ou *classe no papel* em *classe real* decorre de um trabalho político de mobilização, no qual a *classe real* é “apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da *luta de classificações* como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social”¹⁷.

Pelo exposto, as ações coletivas de um grupo ganham concretude em uma conjuntura específica. Portanto, é no contexto de avanço das bandeiras favoráveis à reforma agrária que observamos a mobilização de diversos grupos ligados por um elemento comum, a propriedade privada da terra. Como dimensão extremamente dinâmica, o espaço social é tomado por conflitos que se intensificam em determinadas conjunturas, quando as posições dos agentes são diretamente afetadas pelas possibilidades de transformações, culminando na maior percepção ou visibilidade de uma identidade comum.

Para o caso que aqui se apresenta, a ação coletiva dos grupos dominantes agrários e suas estratégias de manutenção das posições ocupadas têm na propriedade da terra um elemento central para sua reprodução social como classe, tendo importante papel na constituição de uma identidade, bem como na mobilização política. Dessa forma, identificamos a *tomada de consciência* de segmentos diversos dos grupos dominantes agrários quando a questão da reforma agrária se tornou mais efetiva. Nesse quadro, nos deparamos com um conjunto de ações centradas em *estratégias de contrarreforma* agrária, dentre eles a educação como um instrumento de transformação do homem.

Cabe ressaltar que o emprego da expressão *estratégias* se refere a um conjunto de ações, direcionadas ou não, de forma consciente ou inconsciente, a um determinado fim: a reprodução ou subversão das posições sociais. A partir de sua compreensão como categoria analítica, as estratégias de reprodução social nos permitem avançar sobre o espaço da dominação material e visualizar o potencial dos confrontos em torno das representações do mundo social.

Nesse sentido, entendemos que a construção de uma visão do mundo rural que pregue uma *reforma* cujo objeto é o homem (qualificado pela educação) e não a terra, passa necessariamente pela disputa de *representações* deste universo. A *representação* ganha força como estratégia de reprodução social, em que as “propriedades (objetivamente)

¹⁷ *Ibidem.* p. 26.

simbólicas (...) podem ser utilizadas estrategicamente em função tanto dos interesses materiais como dos interesses simbólicos de seu portador”.¹⁸

Entendemos que a disputa que se consolidou nos anos de 1950 e 1960 em torno da questão agrária brasileira passava pelas *representações* em conflito, pensadas como estratégias de reprodução ou subversão das posições sociais: de um lado, uma que apresentava o *atraso* do mundo rural como um processo que decorria de fatores múltiplos, como a baixa qualificação do homem do campo, elemento que seria contornado através da educação; de outro, uma reforma agrária que atenderia a quesitos de justiça social, distribuição de renda e participação política de grupos historicamente subalternos.

Pelo exposto, a educação como instrumento da *reforma agrária* era apenas um dos elementos que se enquadravam na questão mais ampla que então se colocava: o monopólio da terra. Esta se tornou o núcleo central de ação e reação dos grupos dominantes agrários por elevar as tensões que conduziram a alterações nas posições sociais então vigentes. Portanto, foi nesse contexto que identificamos a defesa da educação entre grupos de pecuaristas e produtores rurais a partir de alguns canais de opinião e produção técnica com elevado potencial mobilizador.

Dessa forma, vamos analisar importantes referências na construção de projetos para o mundo rural por parte de pecuaristas e também de produtores rurais. Quanto ao primeiro grupo, abordaremos a instrumentalidade da educação rural para a *contrarreforma* agrária a partir das exposições apresentadas no periódico *Zebu*, publicado pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), posteriormente Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ). Em relação ao amplo universo dos produtores rurais, damos destaque ao periódico *A lavoura*, emitido pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Tais periódicos constituíam um importante canal de produção intelectual dos segmentos rurais ligados à propriedade fundiária. Com artigos publicados não apenas pelos seus quadros dirigentes, mas por diversos profissionais do mundo rural (engenheiros-agrônomo, médicos-veterinários, extensionistas), advogados e jornalistas, tais periódicos buscavam construir, mediante o discurso de *especialistas*, espaços de legitimidade das demandas dos grupos dominantes agrários.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 108.

Pecuaristas em prol de uma educação ruralista: Sociedade Rural do Triângulo Mineiro/Associação Brasileira de Criadores de Zebu

Fundada em 18 de junho de 1934 na cidade de Uberaba, Minas Gerais, a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM) foi transformada, no ano de 1967, em Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), em virtude da legislação que reformulou a atividade sindical/associativa. Tendo como objetivos, dentre outros, trabalhar pelo constante desenvolvimento da lavoura e da criação de gado e orientar os sócios sobre melhoramento dos rebanhos, a entidade assumiu expressiva importância no cenário nacional quanto à defesa do setor pecuário¹⁹. Com base em documentos da entidade, podemos analisar sua perspectiva sobre reforma agrária, educação e desenvolvimento rural.

Fonte importante é o periódico Zebu, publicado pela entidade a partir de agosto de 1939, dirigido aos “interessados na racionalização dos processos de criação das boas raças bovinas de origem indiana”²⁰.

A “racionalização dos processos de criação”, com orientações sobre técnicas de manipulação, alimentação e saúde dos rebanhos, destacada pelo periódico, passou a dividir o espaço das publicações com questões de natureza política no desenrolar de sua história.

A dimensão política da questão agrária, intensificada no decorrer dos anos de 1950, fez do periódico um importante instrumento de defesa da propriedade privada pelos pecuaristas. Defendendo uma reforma agrária sem reestruturação fundiária, o setor abordava temas como êxodo rural, privilegiamento da indústria, educação e formação de quadros de médicos veterinários como problemas que impediam o pleno desenvolvimento da pecuária.

Esses problemas foram expostos pelo engenheiro agrônomo Julio Emerich na edição da revista de agosto de 1956, quando destacou que “enquanto a classe trabalhadora do campo continuar mal remunerada, mal alimentada, sem conforto de habitação, sem instrução (adultos e menores), (...), o êxodo do campo progredirá”, de modo que “o problema de aumento da produção, portanto, só poderá ser feito substituindo-se, tanto quanto possível, o braço, pela máquina e pelo animal, instruindo, educando a nova geração”²¹. Para Emerich, terra, máquinas e animais não seriam suficientes para conduzir às transformações do setor, sendo “necessário e impreterível a organização, *educação* e criação do espírito agrícola, do amor à terra”²².

¹⁹ SOCIEDADE RURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Estatuto*. 1934

²⁰ *Idem*. Zebu. *Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano I, Nº 1, ago 1939. p. 5.

²¹ *Idem*. Zebu. *Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XV, Nº 138, ago 1956. p. 10.

²² *Ibidem*. p. 10 (grifo nosso).

No universo ruralista, as exposições agropecuárias, sempre divulgadas e incentivadas pela revista, além de espaços de reprodução de *habitus* e distinção social²³, funcionavam como incubadores de manifestações e ações políticas dos pecuaristas de todo o país.

No processo de construção de uma bandeira de *contrarreforma* agrária, a educação assumia importante papel por naturalizar a desigualdade decorrente da estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, *valorizar* o homem, mediante a transformação de sua mentalidade (para uma mais *produtiva*) ao papel de protagonista da *reforma*.

Nesse sentido, nos deparamos com o discurso do então Secretário de Agricultura do Espírito Santo, durante a XII Exposição Regional Agropecuária em Cachoeiro do Itapemirim (ES), em 28 de junho de 1956:

Neste país “essencialmente agrícola”, só não é “essencialmente agrícola” o carinho e a atenção que se devota ao homem do interior. Por isso afirmamos que o problema de base do Brasil é o problema da *educação*. Há, apenas, a inversão de sua responsabilidade: antes de exigirmos do homem do interior conhecimentos técnicos e sistemas racionais de educação rural, o homem do interior deve exigir dos responsáveis pelo destino da Nação, em todos os setores, a transformação da mentalidade reinante para que a única coisa de concreto, de material, de substancioso nesse Brasil que é a sua produção possa se manter em níveis de crescente progresso²⁴.

O Serviço de Informação Agrícola (S.I.A) do Ministério da Agricultura, responsável pela difusão de campanhas *educativas* para as populações rurais, tinha espaço na revista para divulgação de suas atividades, na qual destacava a importância da educação rural para o desenvolvimento agropecuário.

Na matéria *A divulgação agrícola a serviço das populações rurais*, José Augusto Vieira, diretor do S.I.A, destacava que os trabalhos de informação agrícola, tanto dos setores públicos quanto das empresas particulares, estavam se constituindo “em força propulsora de uma agricultura poderosa, em mãos de produtores esclarecidos e eficientes”. Para ele, como não era possível “pensar em desenvolvimento econômico sem instrução, sem educação”, cabia à imprensa, ao rádio, ao cinema e às publicações direcionadas ao *homem*

²³ Para um pouco mais sobre o funcionamento das exposições como espaços de distinção social, ver a tese de Marcos Botton Piccin, especialmente o capítulo IV, “Propriedade da terra e espaço de distinção social”. PICCIN, Marcos Botton. *Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2012

²⁴ SOCIEDADE RURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XVI, Nº 139, set 1956. p. 13. (grifo no original).

do campo importante papel nas transformações que elevariam o nível da agropecuária nacional²⁵.

Tamanha era a importância da assistência educacional às populações rurais que José Augusto Vieira defendia medidas integradas de qualificação mediante ações conjuntas entre União, estados e municípios para a:

Formação técnico-profissional dos agricultores, tendo em vista orientá-los devidamente na exploração agropecuária racional e economicamente realizada; educação dos agricultores, despertando-lhes o sentimento de solidariedade e auxílio mútuo, preparando-os, assim, para o cooperativismo; educação dos agricultores, tendo em vista a sua participação e efetiva integração na vida da comunidade rural a que pertencem²⁶.

Encontramos no periódico diversas manifestações sobre o que seria a reforma agrária. As concepções apresentadas sempre afastavam a importância da redistribuição fundiária como seu elemento constitutivo. Nesse sentido, na edição de julho de 1959, o jornalista Benjamin Soares Cabello expôs o que seria *reforma agrária*:

Penso que o lado humano da reforma agrária é muito mais importante que o da terra. Daí considerar muito mais necessária a ação do S.S.R e das organizações regionais da ABCAR, do que nos lançarmos a coisas tão arrojadas como estender pura e simplesmente aos trabalhadores do campo as leis do trabalho urbano e emprendermos uma aventura no escuro, como a reforma agrária²⁷ (SRTM, 1959, p.15).

Outra definição de *reforma agrária* foi apresentada em junho de 1960 pelo advogado, ex-parlamentar pelo Partido Social Democrático (PSD) e ex-presidente da Confederação Nacional do Comércio, Basílio Machado Neto:

Todos concordamos em que se torna urgente e imperioso acabar com o abandono em que vive o homem do campo, desarmado entre tantas forças adversas, sem escola, sem instrumentos agrícolas, sem assistência técnica (...). O problema básico da nossa reforma agrária não reside, pois no parcelamento da propriedade, e sim, no estabelecimento de medidas de amparo ao homem do campo, visando a incorporá-lo à economia nacional²⁸.

Conforme as mobilizações em torno da reforma agrária se tornaram mais efetivas e as tensões no campo mais contraditórias, encontramos no periódico passagens que atacavam as propostas vinculadas aos movimentos que defendiam questões como a

²⁵ *Idem. Zebu. Revista agro-pecuária. Uberaba, Minas Gerais. Ano XVII, Nº 159, jun 1958. p. 62.*

²⁶ SOCIEDADE RURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Zebu. Revista agro-pecuária. Uberaba, Minas Gerais. Ano XVII, Nº 160, jul 1958. p. 24.*

²⁷ *Idem. Zebu. Revista agro-pecuária. Uberaba, Minas Gerais. Ano XVIII, Nº 171, jul 1959. p. 15.*

²⁸ *Idem. Zebu. Revista agro-pecuária. Uberaba, Minas Gerais. Ano XIX, Nº 182, jun 1960. p. 32.*

redistribuição fundiária e/ou a extensão de direitos aos trabalhadores do campo, consideradas radicais e subversivas. Mais uma vez, a *reforma* seria conduzida, de acordo com a perspectiva patronal, através da assistência e da educação.

Em 1961, a *reforma agrária* foi defendida como um processo que, pautado na assistência, na educação e na instrução, teria como objetivo “prender o homem à terra, ao campo”. De acordo com o editorial:

Reforma agrária sendo assunto como é por demais complexo não pode ser resolvido senão por sucessivas etapas. Como pregam-na os comunistas que se batem pela desapropriação ou pela tomada a força dos latifúndios como vem pretendendo fazer em Pernambuco as Ligas Camponesas, nada, ou quase nada, resolve dentro do atual regime. A reforma a ser efetuada ter de ser a longo prazo. Não adianta dividir as grandes propriedades agrícolas em pequenas glebas e dá-las a agricultores ou pretensos agricultores ²⁹

Para os pecuaristas ligados à SRTM, a educação então implementada no meio rural, com ênfase na alfabetização, afastava a juventude rural dos problemas do campo. Para eles, seria necessário um conjunto de programas e práticas educativas que focassem na qualificação da força de trabalho para o pleno desenvolvimento da agropecuária, ou, o que definiam como *educação ruralista*, que despertaria no jovem camponês o amor à terra e o interesse pelo seu bom aproveitamento³⁰.

Cada vez mais a *educação ruralista* figurava como sinônimo da *reforma agrária* do patronato rural, aglutinando opiniões e mobilizando a classe de pecuaristas em torno de uma bandeira anti-reforma.

Por ocasião da abertura da VIII Concentração Rural de Minas Gerais, o então presidente do Sindicato Rural de Uberlândia, Virgílio Galassi, ratificava tal posicionamento, destacando que:

O problema agrário nacional não é de terras, para o homem, mas o de homens para as terras, e não somente para as terras, mas também para serem nossos dirigentes, nossos mestres, nossos representantes, nossos governantes que em conjunto, necessitam em sua maioria de uma fundamental metamorfose de valorização, de novas mentalidades (...). É preciso criar escolas na zona rural, mas que funcionem mesmo, dando, ainda que um mínimo, cultura ao homem do campo, tornado-o capaz de um raciocínio mais inteligente, e sadio, o que sem dúvida, o levará a procurar com mais objetividade as soluções para os seus problemas³¹.

²⁹ SOCIEDADE RURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XX, Nº 194, jun/jul 1961. p.5.

³⁰ *Idem. Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XX, Nº 196, set 1961. p. 8.

³¹ *Idem. Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXI, Nº 200, abr 1962. p. 20-24.

Na mesma edição de *Zebu*, consta a *Declaração de princípios da classe rural do país sobre a reforma agrária*, emitida pela Confederação Rural Brasileira (CRB), que advogava, dentre os principais mecanismos de transformação do mundo rural brasileiro, a educação. Assim, caberia aos “poderes públicos desenvolver intensa campanha no sentido de estender, efetivamente, a educação aos meios rurais”, porém, “não se limitando a simples alfabetização, mas dando ao homem do campo conhecimentos técnicos e profissionais capazes de permitir-lhe melhores salários e condições de vida”³².

Além do foco na transformação do homem, o ataque à reforma agrária por parte de segmentos da agropecuária se pautava na crítica à efetividade econômica das pequenas propriedades. Partindo de um comparativo com a produção norte-americana, no artigo *As pequenas propriedades agrícolas, assim como as pequenas industriais, são anti-econômicas*, encontramos o aparato que ancorava a mobilização do setor: a funcionalidade da agropecuária que, mediante a qualificação da força de trabalho pela assistência técnica e pela educação, elevaria a produtividade do setor sem mudanças radicais na estrutura de posse e uso da terra, beneficiando os mercados interno e externo.

Nos Estados Unidos, concluíam os *especialistas da Zebu*, as “propriedades maiores são as mais lucrativas, porque mais produtivas e econômicas, permitindo mais baixos preços dos produtos”. Por outro lado, criticavam as iniciativas reformistas em solo nacional, alegando que “aqui, onde sobram terras, querem retalhar a propriedade, fazendo justamente o contrário do que ensina a técnica moderna (...). Falam em reforma de estrutura, quando a real reforma de que estamos precisando deve visar ao homem”³³.

Igualmente, de acordo com o ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro e diretor técnico da CRB, José Resende Peres, a estrutura fundiária não era o grande problema da agropecuária nacional. Para o autor do artigo *O tamanho da propriedade*:

No Brasil, Reforma Agrária é muito mais um problema do homem do que da terra. Antes de tudo, temos que preparar o homem, física e intelectualmente, para que possa vir a ser proprietário. Só depois de eficiente atuação dos Ministérios da Saúde e da Educação, o problema cairá na órbita do Ministério da Agricultura, que então o guiará no rumo do progresso, pelo caminho da produtividade³⁴.

³² SOCIEDADE RURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXI, Nº 200, abr 1962. p. 26.

³³ *Idem.. Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXII, Nº 208, abr 1963. p. 6.

³⁴ *Idem.. Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXII, Nº 209, mai 1963. p. 60.

No trabalho *Sobreviver na agricultura para reformá-la*, escrito pelo engenheiro-agrônomo Lingard Miller Paiva, o discurso modernizador, amparado na questão agrícola (embora apresentado pelo autor como *problema agrário*) e num modelo educacional (a educação ruralista), mais uma vez ocultava o núcleo central da questão agrária: o uso, posse e propriedade da terra:

A simples integração na posse na terra, onde já se encontra trabalhando o colono, o assalariado, o peão, o meeiro ou diarista, não vai resolver o problema agrário brasileiro. (...). O primeiro passo para a resolução do problema agrário brasileiro é não confundi-lo com o problema fundiário. E dentro do problema agrário, o primeiro fator não é apenas ser proprietário, é compreender como ser proprietário. (...). Se problema não é, sem sombra de dúvida o da posse da terra; é, isto sim, o da assistência técnica, o da orientação, da comercialização, é o da convivência em sociedade que a sindicalização lhe oferece; é o da *educação para que possa defender-se dos "contrários"*³⁵.

Mesmo após o golpe civil-militar de 1964, segmentos de pecuaristas mantiveram a revista como importante canal de difusão de propostas anti-reformistas. As discussões em torno da proposta do Estatuto da Terra indicavam uma postura por parte dos setores ligados à revista Zebu favorável à manutenção e incentivo à grande propriedade, desde que modernizada pelo implemento de máquinas, crédito e qualificação da força de trabalho.

Em setembro de 1964, o jornalista e professor Albano de Moraes se posicionou sobre a proposta do Estatuto da Terra no artigo *Ainda sobre a Reforma Agrária*, destacando que, dentre os principais aspectos que deveriam ser observados pelo novo regime, as transformações do setor deveriam ser conduzidas pela melhoria técnica da agropecuária, e não pela formação de unidades familiares de produção. Alertava Albano de Moraes:

Não me tenho cansado de mostrar o erro tremendo que, a meu ver, está em vias de ser cometido contra a Nação. Reforma agrária nos moldes da que pretendem fazer, da que foi proposta pelo governo assessorado por homens de gabinete que não tomam pé na realidade, é cousa do passado. (...). Estamos na época da produção em massa e esta, jamais, poderá ser provinda de pequenas glebas, as chamadas UNIDADES AGRÍCOLAS DO TIPO FAMILIAR (...). O que necessitamos, ao contrário das UNIDADES AGRÍCOLAS DO TIPO FAMILIAR, as chácaras, são as grandes organizações agrícolas, como já tenho dito, completas, com todo maquinário indispensável, com técnicos (engenheiros agrônomos, médicos veterinários), enfim, organizações agrícolas industrializadas para explorar a terra com sabedoria³⁶.

³⁵ SOCIEDADE RURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXII, Nº 214, dez 1963. p. 14.

³⁶ *Idem.. Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXIII, Nº 221, set 1964. p. 3.

Os questionamentos iniciais acerca do Estatuto da Terra foram perdendo espaço para o “surto de desenvolvimento agrícola”, pautado em ações educativas e de assistência técnica após 1964, ganhando destaques na revista as ações da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) e do Plano de Manejo e Alimentação do Gado Leiteiro (PLAMAN).

De acordo com o editorial da Zebu, estas ações teriam consolidado uma relação mais efetiva entre política agrícola e produtores, difundindo, através de reuniões, filmes e cursos, técnicas capazes de aumentarem a produção e o desfrute dos rebanhos, cujos conhecimentos produzidos beneficiavam não apenas a classe ruralista, mas toda a coletividade³⁷ (SRTM, 1967, p.6).

No campo educacional, as atividades do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) eram felicitadas pela classe ruralista, como demonstrado por ocasião da 1º Exposição Agro-Pecuária e Industrial do Leste do Mato-Grosso, realizada em setembro de 1967, na cidade de Rondonópolis. Dentre um conjunto de medidas implementadas para o desenvolvimento da cidade, afirmou-se que:

No setor educacional, dentro das possibilidades orçamentárias, fizemos a recuperação de vários estabelecimentos de ensino e encaminhamos ao INDA, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, projeto propondo a construção em comodato, de um Ginásio no distrito de Pedra Preta e um Grupo Escolar no povoado de Nova Galiléia. Propusemos ao INDA, a construção de uma Escola de Iniciação Agrícola e de formação de operadores em máquinas agrícolas e rodoviárias. Na mecanização da lavoura recebemos um convênio com o Ministério da Agricultura, duas unidades de tratores com esteiras, passo inicial para formação de nossa patrulha mecanizada, com a qual, a Prefeitura objetiva dar assistência ao lavrador, mantendo assim, perene, o surto de desenvolvimento agrícola³⁸.

Como exposto no início deste tópico, a SRTM, a partir de 1º de julho de 1967, passou a se chamar Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), definida como “entidade de âmbito nacional que reafirma sua posição de liderança na pecuária do Brasil”.³⁹

A mudança ocorrida se deu em virtude do processo de reorganização da atividade sindical e associativa desencadeado pelo regime civil-militar, mantendo a entidade seu posicionamento sobre as transformações para a pecuária nacional e a reforma agrária, desta vez acalentada pelo regime autoritário e vinculada aos valores ruralistas.

³⁷ SOCIEDADE RURAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. *Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXVI, Nº 251, out 1967. p. 6.

³⁸ *Ibidem*. p. 28.

³⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE ZEBU. (ABCZ) *Zebu. Revista agro-pecuária*. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXVII, Nº 258, Jul 1968.

Por fim, descrevendo a relação entre educação e *reforma agrária*, esta consolidada como política agrícola, apresentamos as palavras do engenheiro-agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros, descritas no artigo *A Reforma Agrária é indispensável ao Processo de Desenvolvimento* e publicadas na edição de julho de 1968 da revista *Zebu*, já sob a tutela da ABCZ:

A reforma agrária integra o processo de desenvolvimento, pela complexidade que encerra, afetando as áreas da produção e as do consumo, interessando ao homem, às infra-estruturas e à agricultura. Ela é parte fundamental e obrigatória sem a qual nem a justiça distributiva, nos termos supremos da ambição católica, nem as condicionantes formais dos aspectos jurídico-legais, teria sentido (...). Contudo, para efetuar-la, é necessário: a) *ocupar melhor a mão-de-obra rural, adestrando-a, capacitando-a e habilitando-a*; b) utilizar racional e economicamente a terra; c) constituir uma classe média operosa de proprietários rurais organizados em empresa familiar; d) aumentar a produtividade. Diversificar e qualificar a produção (...). Estes promovem o homem, abrem-lhe a perspectiva de melhor viver e lhe oferecem as garantias de sobrevivência cristã, democrática e social⁴⁰.

Pelo exposto, torna-se clara a posição defendida pela entidade patronal quanto à reforma agrária: um processo direcionado ao aumento da produtividade mediante qualificação da força de trabalho pela educação rural.

A posse e propriedade da terra se tornam, portanto, centrais na configuração de posições anti-reformistas por parte da SRTM/ABCZ.

Embora reconheçamos o patronato rural como categoria heterogênea, marcada por tensões intraclasse, a defesa da propriedade privada frente à reforma agrária se tornou o elemento aglutinador de suas ações políticas, cabendo à educação rural impulsionar a verdadeira *reforma agrária*.

De forma a analisar a coesão das ações contrárias à reforma agrária por parte dos segmentos patronais, passamos à apresentação das posições da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) que, através da publicação do periódico *A lavoura*, referendava a relação entre educação rural e *reforma agrária*.

Sociedade Nacional de Agricultura: educação rural e *reforma agrária*

Fundada no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) constituiu-se em uma sociedade civil considerada, pelo Decreto nº 3.549

⁴⁰ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE ZEBU. (ABCZ) *Zebu*. Revista agro-pecuária. Uberaba, Minas Gerais. Ano XXVII, Nº 258, Jul 1968. p. 52. (grifo nosso).

de 16 de outubro de 1918⁴¹, de utilidade pública, cuja finalidade era “o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas de interesse dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais das indústrias extrativas e correlatas”, salvo os “outorgados por lei às entidades sindicais no que se refere à defesa e representação classistas”.⁴²

Referência nos estudos sobre a entidade, Sônia Mendonça⁴³ analisou as bases sociais da SNA e a apresentou como, além de difusora de uma proposta alternativa ao complexo exportador cafeeiro, como entidade fundamental para compreendermos o processo de institucionalização de entidades extra-partidárias relacionadas aos grupos dominantes agrários. Questão fundamental abordada pela autora em sua pesquisa foi a imbricação entre a SNA e o Estado e como a entidade patronal canalizou seus interesses.

Dentre as estratégias de divulgação e consolidação de suas propostas, a SNA organizava congressos e conferências, mantendo, desde sua fundação, um importante instrumento de difusão de suas idéias, com a exposição de temas de natureza técnica e política: a revista *A lavoura*.

A ação de intelectuais junto à SNA e a ênfase no papel da educação como instrumento de transformações perpassam suas publicações ao longo dos anos.

Com base no recorte proposto, nos deparamos com o artigo *A educação na comunidade rural brasileira*, publicado em 1952 e escrito pelo professor Arthur Natividade Seabra, por ocasião do *Curso de Formação de Agentes de Educação Rural*. Na concepção do engenheiro-agrônomo:

Na estrutura da sociedade rural a comunidade constitui um elemento de primordial importância. A comunidade é um dos grandes núcleos da sociedade moderna e, como tal, ela deve oferecer condições e meios para que os indivíduos tenham serviços essenciais, indispensáveis a sua subsistência e prosperidade. A *educação* para aperfeiçoar e preparar os indivíduos, ensinar-lhes novas técnicas e dar-lhes novos conhecimentos, constitui trabalho de relevância invulgar para a vida e o desenvolvimento da sociedade comunitária (...). Portanto, está reservada à *educação*, ao trabalho seletivo e orientador dos mestres, a solução de alguns dos nossos mais graves problemas. Coerentes à realidade nacional e educando para servir ao Brasil, estaremos nos ajustando ao sentido social e político da moderna civilização⁴⁴.

⁴¹ BRASIL. Decreto nº 3.549 de 16 de outubro de 1918. *Autoriza o Presidente da Republica a reconhecer de utilidade publica as Sociedades de Agricultura da cidade do Rio de Janeiro e dos Estados de S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Pernambuco*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3549-16-outubro-1918-572592-publicacaooriginal-95795-pl.html>. Acesso em 18 jul 2019

⁴² SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA). *Estatuto*. Rio de Janeiro, 1905

⁴³ MENDONÇA, Sônia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrário*. La Plata, Argentina, v. 1, n. 1-2, 2000

⁴⁴ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LV, set/out, 1952. p. 23 (grifo nosso).

Identificamos ainda a entidade como uma histórica defensora dos aspectos científicos ligados ao setor agrícola, atuando na construção de uma concepção de mundo a partir das posições sociais ocupadas por seus agentes, pesando nessa construção a atuação de intelectuais e diversos porta-vozes, bem como áreas do saber científico.

Foi no contexto de intensificação das lutas por reforma agrária que identificamos, através do referido periódico, o desenvolvimento de uma concepção de transformação do mundo rural utilizando abordagens da Sociologia Rural. O então presidente da SNA, Arthur Torres Filho, em artigo datado de 1953 e denominado *Organização da classe rural*, afirmou que:

É estranho que surjam no momento atual preconizadores de projetos e planos para salvação da agricultura, sem base em condições sócio-econômicas, peculiares às regiões produtoras. Caberá à **Sociologia Rural**, considerando **o homem, a terra e o capital** mediante pesquisas, traçar as diretrizes da nossa economia rural. Só o estudo das comunidades rurais, no dizer de Lynn Smith, permitirá definir os problemas que lhes dizem respeito. Esse ilustre sociólogo, com sua grande autoridade, indica, em seus estudos, as pesquisas científicas usadas pela sociologia rural (...). Sem novos melhoramentos do meio rural, como fruto da **educação** e da **instrução agrícola**, não poderemos esperar resultados iguais aos alcançados por outros países⁴⁵.

A ênfase na educação como fator de transformação do meio rural, embora perpassasse toda a história da entidade, ganhou novos contornos e retórica com o avanço da reforma agrária como questão política. Nesse contexto, as ações direcionadas à redistribuição fundiária (predominantemente os projetos de lei) passaram a ser identificadas como “desprovidas de produções técnicas” e não condizentes com a realidade da proficiência da estrutura agrária então vigente. Ao questionar *Por que reforma agrária no Brasil*, Arthur Torres Filho destacava que:

É lamentável que, sem estudos e pesquisas sistematizados, apareçam reformistas da nossa estrutura agrária acenando com desapropriação de propriedades pelo custo histórico para subdivisão de terras!!! E os efeitos da mecanização? Como realizá-la? Nos Estados Unidos o Bureau do Censo revela que as propriedades agrícolas aumentam de área e com isso eleva-se e melhora-se o equipamento das propriedades com tratores, eletricidade, telefones, tornando-se cada vez mais eficientes e confortáveis. Na Europa oriental, ao contrário, a produção agrícola continua a diminuir em consequência da subdivisão da terra. A Sociedade Nacional de Agricultura mais uma vez faz a advertência de que devemos, acima de tudo, dar assistência técnica, econômica e financeira aos laboriosos trabalhadores e proprietários rurais⁴⁶.

⁴⁵ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LVI, jan/fev, 1953. p. 4 (grifo no original)

⁴⁶ *Idem*. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LVI, mai/jun, 1953. p. 13.

Os intelectuais da SNA intensificavam suas participações em espaços direcionados à ampliação da relação entre interesses de classe e educação rural. Nesse sentido, identificamos a participação do engenheiro-agrônomo, diretor-técnico da SNA e professor da Escola de Horticultura Venceslau Belo, Geraldo Goulart da Silveira, na II Conferência Rural Brasileira, entre 6 e 10 de dezembro de 1953, no Paraná. Na ocasião, ele expressou que “considerando que para o êxito de uma atividade agro-pecuária, tornar-se mister, entre outros fatores, o concurso de trabalhadores rurais qualificados” e “que ainda são em número muito reduzido as escolas profissionais agrícolas em nosso meio”, recomendava que fossem ampliados os Centros de Treinamento Agrícolas mantidos pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, de forma que a produção agrícola fosse intensificada⁴⁷.

Como forma de dar caráter científico à defesa da *reforma agrária* pela educação, no dia 30 de julho de 1956, o professor norte-americano T. Lynn Smith, um dos grandes expoentes da Sociologia Rural no período, proferiu uma conferência na SNA, denominada *reforma agrária*, expondo quais seriam suas principais características. De acordo com o intelectual:

Qualquer programa de reforma agrária sabiamente concebido há necessariamente de reconhecer que o homem propriamente dito é o agente ativo em questão. Em todas as relações entre o homem e a terra, esta última é o elemento passivo. Qualquer programa que trata meramente com a terra e faz pouco ou nenhum esforço para modificar as qualidades e habilidades daquelas que a cultivarão, é certo que pouco ou nada realizará. (...) Uma reforma agrária genuína precisa empreender a mudança drástica no modo pelo qual aqueles que vivem da agricultura extraem um meio de vida do solo⁴⁸.

A apresentação tratou ainda dos objetivos que deveriam conduzir as propostas de *reforma agrária*. Para Lynn Smith, seu principal objetivo seria “aumentar o bem-estar do habitante comum do Brasil rural – é, por outras palavras, valorizar o homem”, e como “objetivo paralelo a este vem o da melhoria da terra e da sua capacidade produtiva e o aperfeiçoamento das relações entre o homem e a terra”⁴⁹.

Por fim, Lynn Smith abordou quais seriam os principais instrumentos e mecanismos de transformações da realidade rural brasileira:

Por intermédio da *educação, treinamento e experiência*, o homem comum que trabalha na terra precisa ser desenvolvido para constituir-se em pessoa que seja capaz de exercitar com considerável facilidade as funções de capataz

⁴⁷ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LVII, jan/fev, 1954. p. 34.

⁴⁸ *Idem*. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LIX, set/out, 1956. p. 8.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 8.

ou “entepreneur” e aquelas do capitalista ou proprietário, como também as do trabalhador agrícola. Cada agricultor (farmer) deve vir a combinar em sua própria personalidade todas as atitudes, habilidades e hábitos que acompanham o desempenho das três funções econômicas básicas, descrita pelo economista, nominalmente aquela de capitalista, aquela de gerente e aquela de trabalhador agrícola. Em suma isto significa ensinar, incentivar e permitir a cada futuro agricultor a desenvolver todas as qualidades, atitudes características e hábitos de agricultor (farmer) de classe média⁵⁰.

As exposições de Lynn Smith direcionadas ao público em torno de instituições e serviços ligados aos proprietários rurais chamam a atenção em alguns aspectos: o primeiro era o afastamento da estrutura fundiária como potencial problema do que se denominava “agricultura subdesenvolvida”; o homem se tornava o principal elemento da reforma agrária, cuja transformação cultural, inclusive quanto aos preceitos de produtividade, seria conduzida pela educação e treinamento; por fim, a dimensão política da reforma agrária seria subsidiária, ou mesmo ocultada, frente à dimensão econômica que permearia a transformação do homem e da terra.

A legitimidade de um autor como T. Lynn Smith respaldaria uma *reforma agrária* destituída de sua principal característica, a reformulação da estrutura fundiária, atribuindo cientificidade a tal medida. E nessa direção, os intelectuais da SNA não se afastavam do tema da reforma agrária, mas como exposto, deformavam seu conceito, moldando tanto um discurso quanto uma mobilização mais coesos em torno de uma *contrarreforma* que respaldasse a propriedade privada.

Quanto à coesão do conceito de *reforma agrária*, o presidente da SNA declarava que a lei agrária não deveria se basear apenas na divisão da propriedade, mas contemplar medidas de efetiva “justiça social”, com “a conseqüente elevação da capacidade produtiva da agricultura e melhoria das condições de vida e de trabalho no meio rural”, admitindo o partilhamento de terras “para fins de colonização e execução de uma sadia política de fixação do homem à terra”, incidindo “sobre terras inexploradas, sub-desenvolvidas ou abandonadas cujos titulares”⁵¹.

Como a educação se tornaria um elemento fundamental da *reforma agrária* pregada pela SNA, não apenas as transformações qualitativas dos trabalhadores do campo eram defendidas pela entidade, mas as mudanças quantitativas, relativas à ampliação do quadro de técnicos agrícolas. Nesse sentido, cabe ressaltar a inserção da SNA na campanha *Mais técnicos para o Brasil*, desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, cujo objetivo era

⁵⁰ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LIX, set/out, 1956. p. 9.

⁵¹ *Idem*. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LX, jan/fev, 1957. p. 12.

criar mecanismos para a o aumento do número de agrônomos, médicos veterinários e extensionistas.

Em edição de *A lavoura* de 1959, o professor Geraldo Goulart da Silveira, em artigo denominado *A agricultura precisa de técnicos*, destacou que:

Faltam agrônomos e veterinários para a batalha da produção que é, em última análise, a batalha que consolidará a situação econômica do país. O quadro de técnicos do Ministério da Agricultura é excessivamente reduzido face à nossa extensão territorial e aos elevados encargos que deve desempenhar para que seja, realmente, o Ministério da Produção⁵².

A carência de médicos veterinários e demais técnicos também foi destacada pelo periódico através das palavras de Napoleão Fontenelle, importante parlamentar filiado à SNA. Em matéria intitulada *Carência de veterinários*, destacou que a “modernização da agricultura é hoje considerada um dos pontos-chave do desenvolvimento econômico, em vista da crescente demanda de alimentos e matérias-primas que têm pressionado o setor primário”. Nesse quadro, era necessária “uma radical transformação nos métodos tradicionais de produção, somente possível pela introdução de uma tecnologia contemporânea como fator de incremento da produtividade agropecuária”, tornando-se “condição essencial do próprio desenvolvimento econômico a disponibilidade de um grande contingente de técnicos para a realização desse amplo processo de renovação da economia rural⁵³.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa do periódico *A lavoura* nos deparamos com um salto da documentação, que de 1961 passa a ser publicada novamente a partir de 1966, sob uma nova direção e com uma reformulação em seus aspectos estruturais. Tal informação é importante, pois, no período em que a reforma agrária mais se efetivou com uma questão política (nos anos que antecedem ao golpe civil-militar de 1964), não tivemos acessos aos canais de divulgação das intensificações em torno da *contrarreforma* e a mobilização da entidade frente à reforma agrária.

O que podemos extrair dos periódicos publicados após 1964 é a manutenção das tradicionais diretrizes de transformação do mundo rural através da educação, aliando manutenção da estrutura fundiária, modernização, instrução e disciplina científica.

Na edição de janeiro e fevereiro de 1967 de *A lavoura*, os segmentos ligados à SNA exaltaram o livro *Transforming Traditional Agriculture*, do economista Theodore W

⁵² SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LXII, mai/jun, 1959. p. 14.

⁵³ *Idem*. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LXIV, mar/abr, 1961. p. 28.

Schultz. De autoria de um dos grandes expoentes da disciplina *Economia da educação*, a obra abordava tanto o “problema agrícola em si mesmo” como delineava a “política agrária”.

De acordo com os colunistas, o livro era “oportuno e interessante”, dado o esforço do Brasil “para sair da agricultura tradicional”. Para eles, os principais elementos para a “transformação” seriam a importância dos preços dos produtos agrícolas, as mudanças tecnológicas, o investimento em pessoal agrícola (agrônomos, médicos veterinários e extensionistas) e *a educação e instrução*, pensadas a partir do seu valor econômico⁵⁴.

Já sob a presidência de Luiz Simões Lopes, nos deparamos mais uma vez com a ênfase dada pelo canal *A lavoura* à necessidade de intensificar quantitativamente o quadro de agrônomos e médicos veterinário no Brasil, pois a “verdade é que essas profissões, até hoje têm tido um mercado de trabalho muito limitado, circunscrito quase que exclusivamente ao serviço público – federal e estadual”. E que “os baixos salários com que são remunerados esses técnicos pelos governos, têm sido uma das causas do pouco interesse da nossa juventude por aquelas profissões”⁵⁵.

Para concluir, destacamos que para a SNA, a ampliação do quadro de profissionais e os mecanismos de incentivo à formação de agrônomos e veterinários eram processos concomitantes, assumindo a educação importante papel no desenvolvimento. Orientada pela “dignificação, pelo aperfeiçoamento e pela difusão do ensino das profissões de agrônomo e veterinário”, a entidade aliava educação e capital, atestando que um “povo preparado tecnicamente é um capital que não tem preço, sobretudo no Brasil, que procura sair da fase da produção primária, que tenta industrializar-se, alcançar enfim o desenvolvimento que todos desejamos”⁵⁶.

Considerações finais

O mundo rural brasileiro permanece marcado pela concentração fundiária, pelas desigualdades econômicas e sociais, bem como por uma pluralidade de conflitos que envolvem a posse e propriedade da terra, as reconfigurações das relações laborais e sociais, bem como suas bases produtivas.

Ao longo das últimas décadas, a reforma agrária avançou como questão política e como tal, demarcou um importante espaço de conflitos em torno de seu principal elemento: a terra.

⁵⁴ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LXX, jan/fev, 1967. p. 26 (grifo nosso).

⁵⁵ *Idem*. *A lavoura*. Rio de Janeiro. Ano LXX, Nov/dez, 1967. p. 2.

⁵⁶ *Ibidem*. p. 3.

Constituída como elemento de *prestígio*, tendo como símbolo representativo a figura dos *coronéis*, de poder econômico e político, a propriedade fundiária demarcou posições ao longo da história nacional. A possibilidade de alteração dessas posições foi um fenômeno que aglutinou interesses de segmentos diversos que tinham na propriedade fundiária um elemento que os aproximavam, ou melhor, que constituía uma identidade.

Essa aproximação no espaço social decorrente de posições comuns fomentou, em um contexto de intensificação dos debates e ações sobre a reforma agrária, a mobilização dos segmentos rurais dominantes, mediante ações em diversas instâncias sociais.

É nesse cenário que nos deparamos com diversos mecanismos de manutenção das posições sociais, dentre eles as tentativas de dissimulação das condições reais e estruturantes das desigualdades econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira.

É nessa tentativa de dissimulação que encontramos a instrumentalidade da educação rural defendida pelos grupos dominantes agrários nas décadas de 1950 e 1960 como mecanismo de reprodução social, naturalizando as diferenças histórico-estruturais.

A educação rural, defendida como um instrumento de *desenvolvimento nacional*, diretriz da política brasileira nas décadas analisadas, assumia um tom *aparentemente neutro* por parte dos grupos dominantes. É nesse sentido que encontramos uma das principais prerrogativas da reprodução social: ela não se dá apenas pela coerção, mas através de formas discursivas e ideológicas, mais ainda, através de *representações* da realidade social.

Nesse contexto, a educação rural defendida pelos segmentos dominantes correspondia à *representação* do mundo rural como um espaço em que a concentração fundiária não era algo a ser questionado. Nesta *representação*, na qual a realidade do campo brasileiro era o conjunto de técnicas arcaicas e atrasadas, de privilegiamento ao setor industrial e baixo *capital cultural* dos trabalhadores do campo, ganhavam destaques, como formas de ruptura, os métodos de aumento da produtividade, dentre eles a qualificação da força de trabalho pela educação. Em uma sociedade que produz mais, pra que levar adiante a reforma agrária?

Recebido em 09 de setembro de 2020
Aceito em 31 de maio de 2021